

Zona euro Ministros do eurogrupo ensaiam alternativas para a crise

Eurogrupo procura no FMI saída para a crise da dívida

Líder do FEEF admite fracasso do fundo para estabilizar o euro. Face à recusa de Merkel em envolver o BCE, a atenção volta-se para o FMI

Isabel Arriaga e Cunha, Berlim

● A constatação de que o reforço do Fundo de Estabilidade do euro (FEEF) acordado há apenas um mês pela zona euro é insuficiente para travar a crise da dívida levou os ministros das finanças da zona euro a ponderar ontem a possibilidade de o Banco Central Europeu (BCE) emprestar dinheiro ao FMI para este emprestar à Itália. A urgência de encontrar uma nova solução foi reforçada com a deterioração súbita das condições de financiamento de Roma, que ontem emitiu dívida pública a juros superiores a 7% (ver texto ao lado).

Perante a recusa terminante da Alemanha de autorizar o BCE a assumir um papel mais proeminente na compra de dívida pública no mercado para acalmar o nervosismo dos investidores, ou a assumir o papel de empenhador de último recurso, a solução do FMI, que já é analisada há várias semanas, está em vias de se impor.

Klaus Regling, director do FEEF, foi forçado a constatar que as fórmulas para o seu reforço acordadas pelos líderes do euro numa cimeira decisiva a 26 e 27 de Outubro (concessão de garantias contra incumprimento para a nova dívida pública de modo a incitar os investidores a comprá-la e criação de um fundo para atrair capitais externos) não permitirão alcançar o esperado "efeito de alavanca" de um bilião (milhão de milhões) de euros devido à deterioração das condições do mercado.

"Aumentar o poder de fogo do FEEF para um bilião de euros será muito difícil" reconheceu Jan Kees de Jager, ministro holandês das finanças, ontem, à chegada à reunião do eurogrupo, reconhecendo que "talvez" se possa conseguir "metade". Segundo afirmou é preciso "procurar outra coisa", expressando a sua clara preferência por um recurso ao FMI.

"O EFSF sozinho não poderá resolver todos os problemas", afirmou igualmente Luc Frieden, ministro da economia do Luxemburgo, convicto de que se poderá conseguir "um efeito de alavanca (...) com o FMI e o BCE" que permita "atingir a estabilidade e

a confiança". Didier Reynders, o ministro belga, disse por seu lado que a questão terá de ser discutida com o BCE. "O BCE é uma instituição independente, por isso vamos pôr algumas opções na mesa para lhe permitir tomar uma decisão".

Esta discussão decorre em paralelo com o grande debate lançado nas últimas semanas sobre a forma de corrigir as lacunas de fundo da zona euro, exacerbadas com a actual crise e que resultam da coexistência de uma política monetária totalmente integrada com políticas económicas e orçamentais nacionais.

A Alemanha, sobretudo, acredita que a resolução desta contradição através de uma alteração dos Tratados da União Europeia (UE) será suficiente para acalmar o nervosismo e a desconfiança dos mercados financeiros relativamente à zona euro. Berlim tem exercido uma forte pressão sobre os parceiros para acordarem rapidamente uma alteração do Tratado limitada à obrigação de disciplina orçamental, redução da dívida e reforço dos mecanismos de controle das políticas nacionais e das sanções contra os países incumpridores das regras. Luc Frieden sublinhou que estas sanções deverão ir "até à exclusão" do euro dos países sob programa de assistência financeira do FEEF e do FMI que não cumpram as condições associadas.

Os franceses têm-se mostrado algo cépticos sobre a necessidade de alterar os tratados - que pressupõe um acordo unânime dos Vinte e Sete e a ratificação do novo texto por via parlamentar ou referendo em todos os países - e tem defendido uma solução mais simples de reforço do pacto de estabilidade (PEC), um acordo separado que contém as regras de disciplina orçamental imposta aos países do euro.

Paris e Berlim procuraram por outro lado ontem ultrapassar o seu diferendo sobre o preenchimento do posto chave de economista-chefe do BCE, que vagou com a saída do alemão Jürgen Starck por desacordo com a política de compra limitada de dívida dos países mais frágeis no mercado.

Berlim reivindicava o posto para

O eurogrupo corre contra o tempo para salvar a moeda única



Klaus Regling,
director do FEEF,
avisou que as
fórmulas para o seu
reforço acordadas
na cimeira de 26 e
27 de Outubro não
permitirão alcançar
o esperado "efeito
de alavanca" de um
bilião (milhão de
milhões) de euros

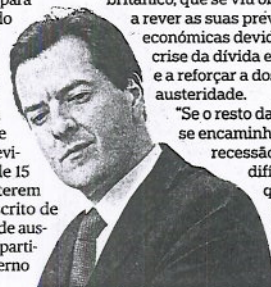
Jörg Asmussen, o novo representante alemão entre os seis membros do comité executivo do BCE, enquanto Paris queria vê-lo ocupado por Benoît Coeuré, o novo membro francês do comité executivo que substituiu Jean-Claude Trichet. François Baroin e Wolfgang Schäuble, ministros das finanças da França e Alemanha, emitiram à noite um comunicado atirando a responsabilidade pela decisão para Mario Draghi, presidente do BCE, em nome da independência da instituição.

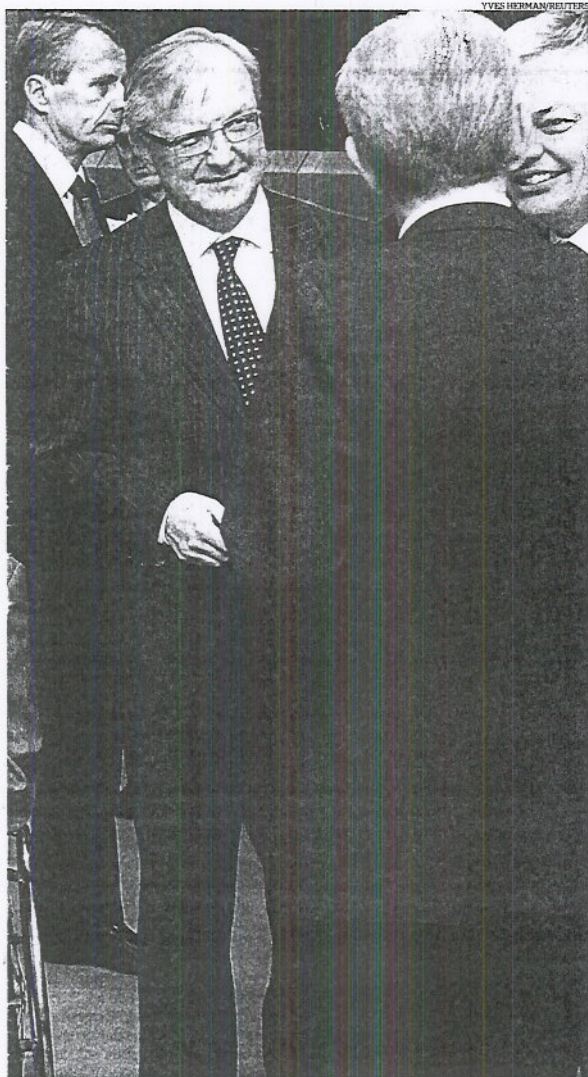
Os ministros das Finanças confirmaram igualmente o pagamento da sexta parcela de 8 mil milhões de euros para a Grécia para evitar a bancarrota a partir de 15 de Dezembro, depois de terem obtido o compromisso escrito de apoio ao actual programa de austeridade por parte dos três partidos que apoiam o novo governo de unidade nacional.

Reino Unido sofre imprevisto
Governo reviu previsões de

A economia britânica irá estagnar até meados do próximo ano e pode facilmente resvalar para uma recessão. O aviso foi ontem deixado pelo Governo britânico, que se viu obrigado a rever as suas previsões económicas devido à crise da dívida europeia e a reforçar a dose de austeridade.

"Se o resto da Europa se encaminhar para a recessão, pode ser difícil evitar que isso também aconteça no Reino Unido",





Planos de contingência Nos bastidores, empresas e bancos já se preparam para eventual colapso do euro

● Na segunda-feira, um dos maiores *brokers* do mundo, o ICAP, revelou estar a testar os seus sistemas de negociação face à possibilidade de um novo evento: o colapso da zona euro e a reintrodução de várias moedas nacionais. Nos palcos do poder, a ideia de uma desintegração do euro é firmemente rejeitada, mas, nos bastidores dos bancos, das corretoras, das firmas de advogados e das grandes empresas, o inimaginável colapso da moeda única já é suficientemente provável para dar início aos preparativos da prevenção.

Os inquéritos mais recentes aos investidores e economistas lançaram o alerta. Uma sondagem apresentada esta semana pelo Barclays Capital mostra que metade dos investidores inquiridos espera que pelo menos um país saia da zona euro em 2012. Destes, a maioria confia que seja só a Grécia a abandonar a moeda única, mas um em cada 20 acredita que os cinco países periféricos - Grécia, Portugal, Irlanda, Itália e Espanha - saiam do euro em 2012.

A agência Reuters conduziu uma série de entrevistas a presidentes de empresas, banqueiros e advogados, quer na Europa, quer nos EUA e na Ásia, e escrevia ontem numa reportagem que o mundo em geral está a preparar-se para um cenário de desintegração da moeda única. O exemplo mais recente é o da maior corretora mundial de divisas e dívida soberana, a ICAP, que anunciou ter testado o EBS - a principal plataforma de divisas do mundo - para



Es se o euro estiver perto do fim?

assegurar que conseguia negociar a dracma grega ou outra moeda que seja reinstituída.

Pisani-Ferry, director da Bruegel (um *think tank* de Bruxelas), escrevia esta semana num relatório que "ainda é difícil imaginar o inimaginável", mas que "qualquer pessoa racional tem de pensar nesta possibilidade". E deixou um aviso: "Se as expectativas do desastre ganharem força e um crescente número de entidades se tentarem proteger disso, as consequências podem ser destrutivas".

Segundo a Reuters, os principais planos de contingência estão a ser preparados em países fora da zona euro, mas com grande exposição à moeda única, como a Dinamarca ou

o Reino Unido. Vários grupos britânicos, como o Compass Group (o maior grupo mundial de *catering*), admitem estar a discutir ou a pôr em prática planos de prevenção. Recentemente, o regulador bancário britânico (Financial Services Authority) recomendou aos bancos do país que preparem planos de contingência para a possível saída de alguns países do euro.

Nos EUA, vários relatórios e contas já colocaram a crise da dívida como um dos riscos à sua actividade, como os do Bank of America, da farmacêutica Merck ou da fabricante aeronáutica Boeing. Na segunda-feira, a própria OCDE reconheceu que a crise soberana é, neste momento, "o maior risco" à economia mundial.

A possibilidade de colapso da zona euro está já a trazer muitas dores de cabeça aos advogados e aos tribunais. Praticamente todos os contratos financeiros em vigor não contemplam aquela hipótese, criando problemas de jurisdição e de redenominação dos empréstimos, que podem vir a gerar perdas financeiras. Mas a principal consequência de um colapso do euro para empresas e bancos seria a própria crise económica gerada. A gestora de activos britânica Schroders diz que uma desintegração da zona euro iria levar à fuga de depósitos dos países periféricos, a uma crise do crédito e à recessão, não só na Europa mas nos EUA. Com base na análise de crises anteriores (como a da Argentina), a Schroders diz que o PIB da zona euro poderia cair 10%, 20% ou mesmo mais. **Ana Rita Faria**

Mercados reagem em sentidos opostos

Itália paga juro-recorde para vender dívida

● Os mercados voltaram a dar sinais claros de quem vêem como o próximo dominó do euro a cair. A Itália vendeu ontem dívida e, apesar de ter conseguido colocar praticamente todo o montante pretendido (7,5 mil milhões de euros), teve de pagar um juro de quase de 8%. A notícia gerou um efeito contraditório: no mercado da dívida, a pressão não abrandou mas, nas bolsas, houve o tímido entusiasmo de quem esperava pior.

O Tesouro italiano emitiu ontem 7,5 mil milhões de euros em três leilões de dívida, mas teve de pagar um juro bem acima da barreira psicológica de 7%, que é já considerada insustentável, e acima também dos preços exigidos para comprar dívida da Grécia e de Portugal, quando estes dois países pediram ajuda. O leilão de dívida a três anos, onde o Estado colocou 3,5 mil milhões de euros, foi aquele que pagou uma taxa de juro mais alta - 7,89%. Há apenas um mês, a Itália pagou apenas 4,93% para vender dívida

com o mesmo prazo. Agora, pagou o juro mais alto desde 1997. Foram ainda reabertas duas linhas de crédito, que vencem em 2020 e 2022. Aqui, as taxas de juro pagas foram de 7,28% (e foram emitidos 1,5 mil milhões de euros) e de 7,56% (com a venda de 2,5 mil milhões), respectivamente. Ama-

nã, é a vez de a França e da Espanha irem ao mercado vender dívida.

Apesar de a pressão nos mercados da dívida não se ter atenuado, pelo menos significativamente (ver gráfico), a emissão de dívida italiana acabou por ser encarada com uma boa notícia pelos mercados accionistas, que receavam que a venda de títulos não tivesse procura suficiente. Ontem, com a zona euro em suspenso face aos resultados da reunião do Eurogrupo, as praças europeias fecharam em alta ligeira, aparentemente indiferentes aos avisos sobre o *rating* da França e dos bancos europeus.

Ontem, o jornal francês *La Tribune* noticiava que a agência Standard & Poor's vai cortar o *rating* máximo da França nos próximos dez dias. Outra agência, a Moody's, alertou que pode vir a reduzir a notação da dívida subordinada de 87 bancos em 15 países europeus, devido ao receio de que os Governos não tenham dinheiro para resgatar essas instituições. **A.R.F.**

crescimento e anunciou mais austeridade

admitiu ontem o ministro das Finanças, George Osborne, perante o Parlamento, depois de apresentar números mais negativos para a economia.

Em 2012, a economia britânica deverá crescer apenas 0,7%, em vez dos 2,5% previstos em Março. Em 2013, o crescimento deverá chegar aos 2,1%, uma previsão que vários analistas consideram, ainda, demasiado optimista.

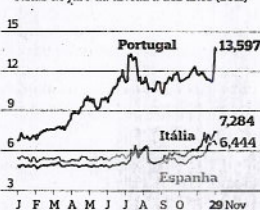
A deterioração da conjuntura externa vai obrigar também o Governo a atrasar-se na redução do défice, o que significa que serão necessárias medidas adicionais de austeridade. Uma vez chegado ao fim o congelamento salarial na função

pública, em 2013, o Governo quer limitar os aumentos remuneratórios a 1% nos dois anos seguintes. Além disso, quer antecipar o aumento da idade de reforma para os 67 anos para 2026, dez anos menos do que o inicialmente previsto, e alargar as saídas do sector público a 710 mil trabalhadores, em vez de 400 mil. Estas medidas prometem enfurecer ainda mais os sindicatos, que marcaram para hoje uma greve da função pública.

A OCDE reviu esta semana as previsões para a economia britânica, esperando uma recessão moderada no início de 2012. No conjunto do ano, o Reino Unido vai crescer 0,5%. **A.R.F.**

Itália sob pressão

Taxas de juro da dívida a dez anos (2011)



Fonte: REUTERS